



**ASSOCIAÇÃO DOS DIREITOS
HUMANOS EM REDE**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

ASSOCIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM REDE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II - Demonstração do superávit do exercício

Quadro III - Demonstração das mutações do patrimônio social

Quadro IV - Demonstração do fluxo de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores
Associação dos Direitos Humanos em Rede

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação dos Direitos Humanos em Rede, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores
Associação dos Direitos Humanos em Rede

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação dos Direitos Humanos em Rede em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 04 de março de 2011.

BAKER TILLY BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-2SP016754/O-1



MAURO AKIO SAKANO

CONTADOR – CRC- SP143589/O-9



ASSOCIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM REDE

**QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)**

ATIVO	Nota explicativa	2010	2009	PASSIVO	Nota explicativa	2010	2009
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	627.874	290.567	Contas a pagar		-	4.200
Outras contas a receber		53.539	137.514	Obrigações sociais		11.783	21.534
		681.413	428.081	Obrigações tributárias		48	71
				Adiantamentos diversos		-	41.097
						11.831	66.902
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
PERMANENTE				PATRIMÔNIO SOCIAL			
Imobilizado	5	49.154	43.802	Patrimônio social	6	404.981	384.797
				Superávit do exercício	6	313.755	20.184
						718.736	404.981
TOTAL DO ATIVO		730.567	471.883	TOTAL DO PASSIVO		730.567	471.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ASSOCIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM REDE

QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
RECEITAS		
Doações nacionais	207.728	76.995
Doações do exterior	2.345.047	2.128.084
RECEITAS DAS DOAÇÕES	<u>2.552.775</u>	<u>2.205.079</u>
DESPESAS		
Gastos com os projetos	(2.016.367)	(1.879.322)
Despesas com pessoal	(268.469)	(347.296)
Despesas financeiras	(4.201)	(4.642)
Despesas tributárias	(34.998)	(24.163)
Receitas financeiras	85.015	70.528
DESPESAS DAS ATIVIDADES	<u>(2.239.020)</u>	<u>(2.184.895)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u>313.755</u>	<u>20.184</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ASSOCIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM REDE

QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
(Em reais)

	Patrimônio social	Superávit (deficit) acumulado	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	394.648	(49.033)	345.615
Transferência para patrimônio social	(49.033)	49.033	-
Ajuste do exercício anterior	39.182	-	39.182
Superávit do exercício	-	20.184	20.184
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	<u>384.797</u>	<u>20.184</u>	<u>404.981</u>
Transferência para patrimônio social	20.184	(20.184)	-
Superávit do exercício	-	313.755	313.755
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	<u>404.981</u>	<u>313.755</u>	<u>718.736</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ASSOCIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM REDE

**QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)**

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do período	313.755	20.184
Ajustes por:		
- Depreciação	13.563	14.225
- Ajuste do exercício anterior	-	39.182
- Baixa de ativo imobilizado	-	3.969
	<u>327.318</u>	<u>77.560</u>
VARIAÇÃO NOS ATIVO E PASSIVOS		
Outras contas a receber	83.975	(127.564)
Contas a pagar	(4.200)	570
Obrigações sociais	(9.751)	9.086
Obrigações tributárias	(23)	(7.451)
Adiantamentos diversos	<u>(41.097)</u>	<u>(33.308)</u>
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	356.222	(81.107)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compra de ativo imobilizado	(18.915)	(22.097)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(18.915)</u>	<u>(22.097)</u>
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) NO CAIXA E EQUIVALENTES	<u>337.307</u>	<u>(103.204)</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	290.567	393.771
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	627.874	290.567
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) NO CAIXA E EQUIVALENTES	<u>337.307</u>	<u>(103.204)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM REDE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em reais)

1. A ASSOCIAÇÃO E SUAS ATIVIDADES

A Associação é regida nos termos da Lei 9.790/99 e terá por finalidade promover, apoiar, monitorar e avaliar projetos em direitos humanos em nível nacional e internacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, tendo optado pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC-PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, nas normas do Conselho Federal de Contabilidade.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justos e pelo método de ajuste a valor presente, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

2.1 Adoção das normas internacionais de contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações contábeis foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei 6.404/76. À partir daquela data, a administração passou a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade, tendo optado pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC-PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovado pela Resolução de no. 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade.

As aplicações decorrentes da adoção destas normas não tiveram impacto relevante nas demonstrações contábeis apresentadas.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

(a) Conversão em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

(b) Ativos financeiros e passivos financeiros

A associação possui instrumentos financeiros não-derivativos como caixa e equivalentes de caixa, outros recebíveis e contas a pagar.

A associação não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC - PME, a associação efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros:

- Caixa e equivalentes de caixa: são classificadas como mantidas até seu vencimento. São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros e perdas quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo através de lucros e perdas quando adquiridos.

A associação em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não possuía saldos de ativos financeiros mantidos para negociação ou designado ao valor justo através de lucros e perdas.

Os ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo através de lucros ou perdas, são avaliados por indicadores de impairment na data do balanço. São considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados.

(c) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, até o limite de seu valor de mercado.

(d) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo, incluindo, conforme aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ou de realização.

(e) Imobilizado

Avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas igualmente corrigidas e são depreciadas de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa 5.

É realizada, quando aplicável, análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível (teste de "impairment"), com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1 de novembro de 2007. Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratual ou legalmente.

(g) Apuração do superávit

O superávit é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa	22	1.838
Bancos	13.215	30.849
Aplicações financeiras	614.637	257.880
	<u>627.874</u>	<u>290.567</u>

A aplicação financeira é em Certificado de Depósito Bancário (CDB).

5. IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação %	2010			2009
		Custos	Depreciação	Residual	Residual
Móveis	10	15.394	(8.786)	6.608	8.147
Utensílios	10	18.954	(4.616)	14.338	9.835
Equipamento de Informática	20	105.396	(84.106)	21.290	17.411
Equip. de processamento de dados	20	4.004	(2.970)	1.034	1.835
Equipamentos de telecomunicações	20	6.905	(1.021)	5.884	6.574
		150.653	(101.499)	49.154	43.802

6. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

* * *